



**ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ  
GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 107 DE 08 DE dezembro 2025.**

**INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL –  
RECUPERAORIXI 2025, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DA INSTITUIÇÃO, DO ALCANCE E DO PARCELAMENTO**

**Art. 1º** Fica instituído o **Programa de Recuperação Fiscal – RECUPERAORIXI 2025**, destinado à regularização fiscal de devedores, pessoas físicas ou jurídicas, por meio do qual poderão liquidar ou parcelar o pagamento dos créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, decorrentes de fatos geradores ou de obrigações cujo vencimento tenha ocorrido até **31 de dezembro de 2024**.

**Art. 2º** Fica autorizado o Executivo Municipal a conceder redução da multa de mora, da multa por infração e dos juros de mora para pagamento ou parcelamento especial de créditos relativos a:

- I - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);
- II - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- III - Taxas decorrentes do exercício do poder de polícia, entre elas: Taxa de Licença e Fiscalização para Localização e Funcionamento (TLFF); e
- IV - Créditos de natureza não tributária inscritos ou não.

**Art. 3º** A redução no valor da multa de mora, multa por infração e juros de mora obedecerá a gradação a seguir:

- I - para pagamento à vista, 100% (cem por cento);
- II - para parcelamento em 2 (duas) a 10 (dez) parcelas, 80% (oitenta por cento);
- III - para parcelamento em 11 (onze) a 24 (vinte e quatro) parcelas, 75% (setenta e cinco por cento);
- IV - para parcelamento em 25 (vinte e cinco) a 36 (trinta e seis) parcelas, 60% (sessenta por cento);
- V - para parcelamento em 37 (trinta e sete) a 48 (quarenta e oito) parcelas, 50% (cinquenta por cento);
- VI - para parcelamento em 49 (quarenta e nove) a 60 (sessenta) parcelas, 30% (trinta por cento); e



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Cont. do Proj. de Lei – Programa RecuperaOrixí 2025

fls.2

VII – para parcelamento em 60 (sessenta) a 72 (setenta e duas) parcelas, 25% (vinte e cinco por cento).

**§1º.** O pagamento poderá ser efetuado por meio de boleto bancário ou PIX.

**§2º.** A parcela inicial e as prestações mensais não poderão ser de valor inferior a R\$ 60,00 (sessenta reais), quando tratar-se de pessoa física e R\$ 120,00 (cento e vinte reais) tratando-se de pessoa jurídica.

**§3º.** As reduções previstas nos incisos deste artigo somente poderão se efetivar nas parcelas quitadas até o dia dos seus respectivos vencimentos.

**§4º.** O devedor deverá efetuar o pagamento da entrada do parcelamento no ato de assinatura do Termo de Confissão de Dívida, sob pena de exclusão do RECUPERAORIXI 2025.

**§5º.** O devedor poderá incluir no RECUPERAORIXI 2025 eventuais saldos de parcelamento em andamento.

**§6º.** As parcelas descritas nos incisos II a VII terão seus valores fixados em Unidade Fiscais do Município de Oriximiná – UFMO.

**Art. 4º** Aos contribuintes Pessoa Física, com ausência de capacidade contributiva, proprietários de no máximo um imóvel, que comprovarem a impossibilidade, fará “jus” a redução de 100% (cem por cento) no valor da multa de mora, multa por infração e juros de mora, observando-se o prazo máximo de 72 (setenta e duas) parcelas, mediante parecer social de estado de vulnerabilidade.

**Parágrafo único.** O benefício previsto neste artigo, poderá ser requerido a qualquer tempo, ouvida a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Finanças e Procuradoria Geral do Município.

## **CAPÍTULO II**

### **DA ADESÃO, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES**

**Art. 5º** O RECUPERAORIXI será administrado pela Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico – SEMFIDE, com acompanhamento da Procuradoria Geral do Município – PGM, sempre que necessário.

**§1º.** A solicitação de adesão ao RECUPERAORIXI 2025 dar-se-á por opção do devedor, a partir da vigência da presente Lei, em formulário padrão elaborado pela Secretaria Municipal da Finanças e Desenvolvimento Econômico, devendo ser efetuada até **27 de fevereiro de 2026**, data limite para requerer o benefício da presente Lei, sendo que a adesão deverá ser acompanhada do pagamento inicial total ou correspondente a uma fração do número de parcelas estabelecidas conforme o caso.





**ESTADO DO PARA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Cont. do Proj. de Lei – Programa RecuperaOrixí 2025

fls.3

**§2º.** Os débitos apresentados pelo optante serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso no RECUPERAORIXI 2025.

**§3º.** A consolidação abrangerá todos os débitos apresentados pelo optante, na condição de contribuinte, responsável ou devedor, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativos à multa, de mora ou de ofício, aos juros moratórios e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

**§4º.** O prazo definido no §1º poderá ser prorrogado por até 90 (noventa) dias mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 6º** O RECUPERAORIXI 2025 não se aplica:

I - aos atos qualificados em Lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas.

**Art. 7º** Os benefícios que trata a presente Lei estender-se-ão aos débitos provenientes de denúncias espontâneas.

**Parágrafo Único.** A adesão ao RECUPERAORIXI 2025 por denúncia espontânea dar-se-á através de requerimento escrito, acompanhado de demonstrativo do valor de débito, o qual será encaminhado à Secretaria competente para a homologação

**Art. 8º** A opção pelo RECUPERAORIXI 2025 sujeita o devedor à:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei.

**Art. 9º** O devedor será excluído do RECUPERAORIXI 2025, mediante ato do Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, nas seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - compensação ou utilização indevida de créditos;

III - decretação de falência, extinção pela liquidação ou cisão da pessoa jurídica;

IV - concessão de medida cautelar fiscal; e

V - Prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do Município de Oriximiná, mediante simulação de ato ou sonegação fiscal.



**ESTADO DO PARA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Cont. do Proj. de Lei – Programa RecuperaOrixi 2025

fls.4

**§1º.** A Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico e/ou a Procuradoria Geral do Município poderá propor a exclusão do optante.

**§2º.** Do requerimento de exclusão, devidamente justificado, o devedor será notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnar a decisão ou adimplir o débito existente.

**§3º.** Não adimplido o débito ou sendo julgada improcedente a impugnação, em decisão fundamentada, o devedor será excluído do RECUPERAORIXI 2025.

**§4º.** A exclusão do RECUPERAORIXI 2025 implicará na exigência do saldo do débito parcelado através da inscrição em Dívida Ativa e consequente cobrança judicial.

**Art. 10** O devedor que atrasar 03 (três) ou mais parcelas, sucessivas ou não, terá seu RECUPERAORIXI 2025 rescindido, voltando o débito ao valor original, descontados os valores eventualmente pagos durante o programa de recuperação fiscal.

**Art. 11** Nas hipóteses de exclusão de devedor e da rescisão do RECUPERAORIXI, o ato de exclusão/rescisão deverá ser realizado através de ato formal pela Administração Pública Municipal com envio de notificação para o contribuinte.

**Parágrafo único:** O débito fiscal retoma sua exigibilidade após a notificação do contribuinte do ato formal de exclusão, quando então é reiniciado o prazo prescricional.

**Art. 12** O devedor que optar pelo RECUPERAORIXI 2025 deverá desistir, antes de assinar o termo de adesão, dos recursos administrativos que versem sobre os débitos a serem consolidados no parcelamento.

**Parágrafo Único.** Se o débito estiver sendo objeto de questionamento judicial, o devedor, para desfrutar do benefício do RECUPERAORIXI 2025 deverá desistir expressa e irrevogavelmente da demanda ajuizada, arcando com as custas processuais e honorários advocatícios.

**Art. 13** As ações de cobrança e/ou as ações de execução fiscal já ajuizadas serão suspensas pelo prazo do parcelamento, a pedido da Procuradoria Geral do Município.

**Parágrafo único.** Após a adesão ao RECUPERAORIXI 2025 e comprovação da quitação dos pertinentes tributos, a fazenda pública, através do Procuradoria Geral do Município, requererá a extinção do feito, cabendo ao devedor, executado ou réu, pagar as custas processuais e honorários advocatícios devidos.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 14** Os benefícios concedidos por esta Lei não geram direito à compensação ou à restituição de quaisquer quantias pagas anteriormente ao início de sua vigência.





**ESTADO DO PARA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Cont. do Proj. de Lei – Programa RecuperaOrixi 2025

fls.5

**Art. 15** O Poder Executivo regulamentará a aplicação da presente Lei, no que couber, no prazo de 30 (trinta) dias da sua publicação.

**Art. 16** Os contribuintes que não aderirem ao programa previsto nesta Lei, poderão parcelar seus débitos na forma prevista nos artigos 383 e seguintes do Código Tributário Municipal – Lei nº 9.111/2017.

**Art. 17** O Contribuinte, pessoa física ou jurídica, que regularizar seu (s) débito (s) Tributário e Não Tributário, seja no Programa RECUPERAORIXI 2025 e/ou outro parcelamento anterior e que esteja com sua regularidade Fiscal Municipal em dia, poderá participar de sorteio de prêmios, na forma estabelecida em regulamento.

**Art. 18** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Oriximiná - PA, 5 de dezembro de 2025.

JOSE WILLIAN  
SIQUEIRA DA  
FONSECA:0173726550  
8 JOSÉ WILLIAN SIQUEIRA DA FONSECA  
Prefeito Municipal de Oriximiná

Assinado de forma  
digital por JOSE  
WILLIAN SIQUEIRA DA  
FONSECA:01737265508